



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TCU E AS FISCALIZAÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS

José Ulisses Rodrigues Vasconcelos
Secretário de Fiscalização Obras de Infraestrutura e Urbana
Brasília, Maio/2014

TITULAR DO CONTROLE EXTERNO

CF/1988

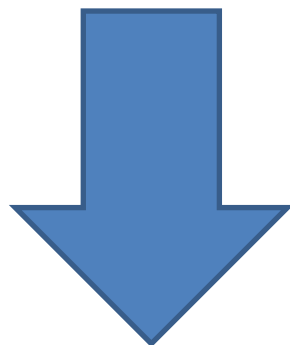
Art. 71. O controle externo, **a cargo do Congresso Nacional**, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:
(...)

MISSÃO E VISÃO DO TCU

PLANO ESTRATÉGICO	MISSÃO	VISÃO
2011 – 2015	Controlar a Administração Pública para contribuir com seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade	Ser reconhecido como instituição de excelência no controle e no aperfeiçoamento da Administração Pública
2006 - 2010	Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos, em benefício da sociedade	Ser instituição de excelência no controle e contribuir para o aperfeiçoamento da administração pública

ORIGEM QUADRO BLOQUEIO LOA

CASO TRT/SP
(1994)



NECESSIDADE DO CONTROLE PREVENTIVO
E CONCOMITANTE

ORIGEM DO FISCOBRAS

RECOMENDAÇÕES SENADO FEDERAL

(Relatório Final nº 2/95 – Comissão Temporária de Obras Inacabadas do Senado Federal)

- Instituição e manutenção de um cadastro geral de Obras Públicas (ao Poder Executivo)
- Realização de auditoria em obras paralisadas (ao TCU)
- Criação de um programa permanente de auditoria em obras e serviços de engenharia (ao TCU)

HISTÓRICO FISCOBRAS

ATÉ O FISCOBRAS 2011

- LDO
- EDITAIS

FISCOBRAS 2012

- LDO
- EDITAIS
- QUALIDADE

FISCOBRAS 2013

- LDO
- EDITAIS
- QUALIDADE
- CONCESSÕES
- GOVERNANÇA
- OBRAS INACABADAS

Temas

FISCOBRAS 2014

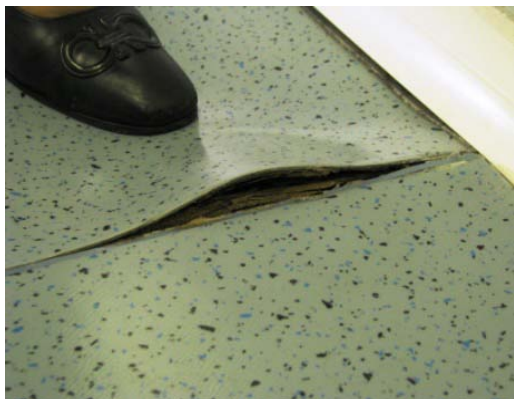
- LDO
- EDITAIS
- QUALIDADE
- CONCESSÕES
- GOVERNANÇA
- OBRAS INACABADAS

PET 2011-2015: Controlar a Administração Pública para contribuir com seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade

QUALIDADE EM OBRAS PÚBLICAS

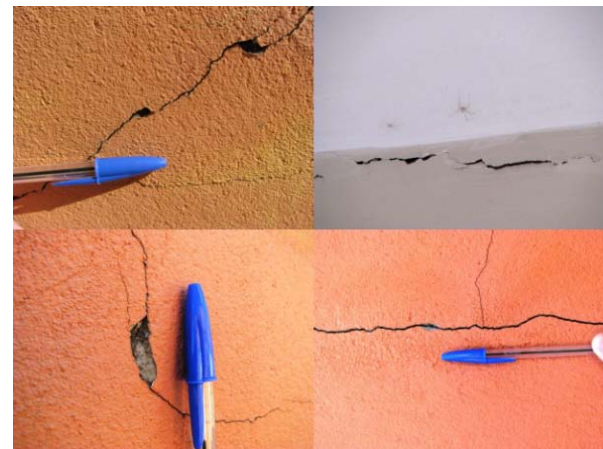
Acórdão	Órgão/Entidade	Subtema
1.103/2013	VALEC	Ferrovia
2.532/2013 2.993/2013	FNDE	Educação
2.801/2013 1.097/2014	DNIT	Rodovia
2.931/2013	COERN	Portos
1.101/2014	Ministério da Saúde e ANVISA	Unidade de Pronto Atendimento

QUALIDADE EM OBRAS PÚBLICAS



Afundamento do piso – São Bernardo do Campo/SP

Unidades de Pronto Atendimento



Rachaduras – Formosa/GO



Rodapés danificados – São Bernardo do Campo/SP



Tubulações executadas depois das obras prontas – Formosa/GO



Infiltrações – Belém/PA

QUALIDADE EM OBRAS PÚBLICAS

SLIDE NOVO

- surgimento precoce de defeitos na pista:



2 meses após execução dos serviços



7 meses após execução dos serviços



CONCESSÕES EM OBRAS PÚBLICAS

Acórdão	Órgão/Entidade	Subtema
2.466/2013 2.666/2013	Infraero	Concessões Aeroportuárias
3.204, 2.304, 1.974, 2.604 e 3.033, todos de 2013	Ministérios dos Transportes e ANTT	Concessões Rodoviárias
3.697/2013 293/2014	Diversos	Concessões Ferroviárias
3.661/2013	Diversos	Arrendamentos Portuários
963/2013 3.640/2013 3.017/2013	ANEEL	Geração e Transmissão de Energia Elétrica

CONCESSÕES EM OBRAS PÚBLICAS

Aeroportos do Galeão e de Confins



Fonte: Estudos de Viabilidade (SAC/PR).

GOVERNANÇA EM OBRAS PÚBLICAS

- Ampliação do objeto de fiscalização
- Análise da capacidade institucional de gestão de obras
- Atuação sistêmica na prevenção de falhas recorrentes
- Identificação e disseminação de boas práticas
- Maior envolvimento do gestor

GOVERNANÇA EM OBRAS PÚBLICAS

Acórdão	Órgão/Entidade	Subtema
725/2012 1.336/2013 (monit.)	DNIT	Pontes e Viadutos
3.448/2012	DNIT	Gestão Geral
194/2014	DNIT	Manutenção Rodoviária
555/2014	Infraero	Obras Aeroportuárias
548/2014	Infraero e Anac	Concessões Aeroportuárias
735/2014	Secretaria de Portos	Programa Nacional de Dragagens II

GOVERNANÇA EM OBRAS PÚBLICAS

Principais Recomendações/Determinações

Normatizar e padronizar de processos de trabalho

Corrigir deficiências na estrutura organizacional

Promover o aprimoramento da gestão de pessoal

Implementar práticas de gestão de risco

Aprimorar os processos de controle, especialmente no recebimento de projetos e na fiscalização de obras

Aprimorar a gestão documental e gestão do conhecimento

Boas Práticas

Grupo de estudos para gestão de risco nas contratações integradas - DNIT

Contratação de consultoria para implantar sistema de gestão e manutenção no Porto de Suape

RESTRIÇÃO CONCEITUAL DE IG-P

Até a LDO/2002
Abrangente (sem conceituação)

LDO/2003 a LDO/2009
Relevância Material Absoluta

A partir da
LDO/2010 Relevância
Material Relativa

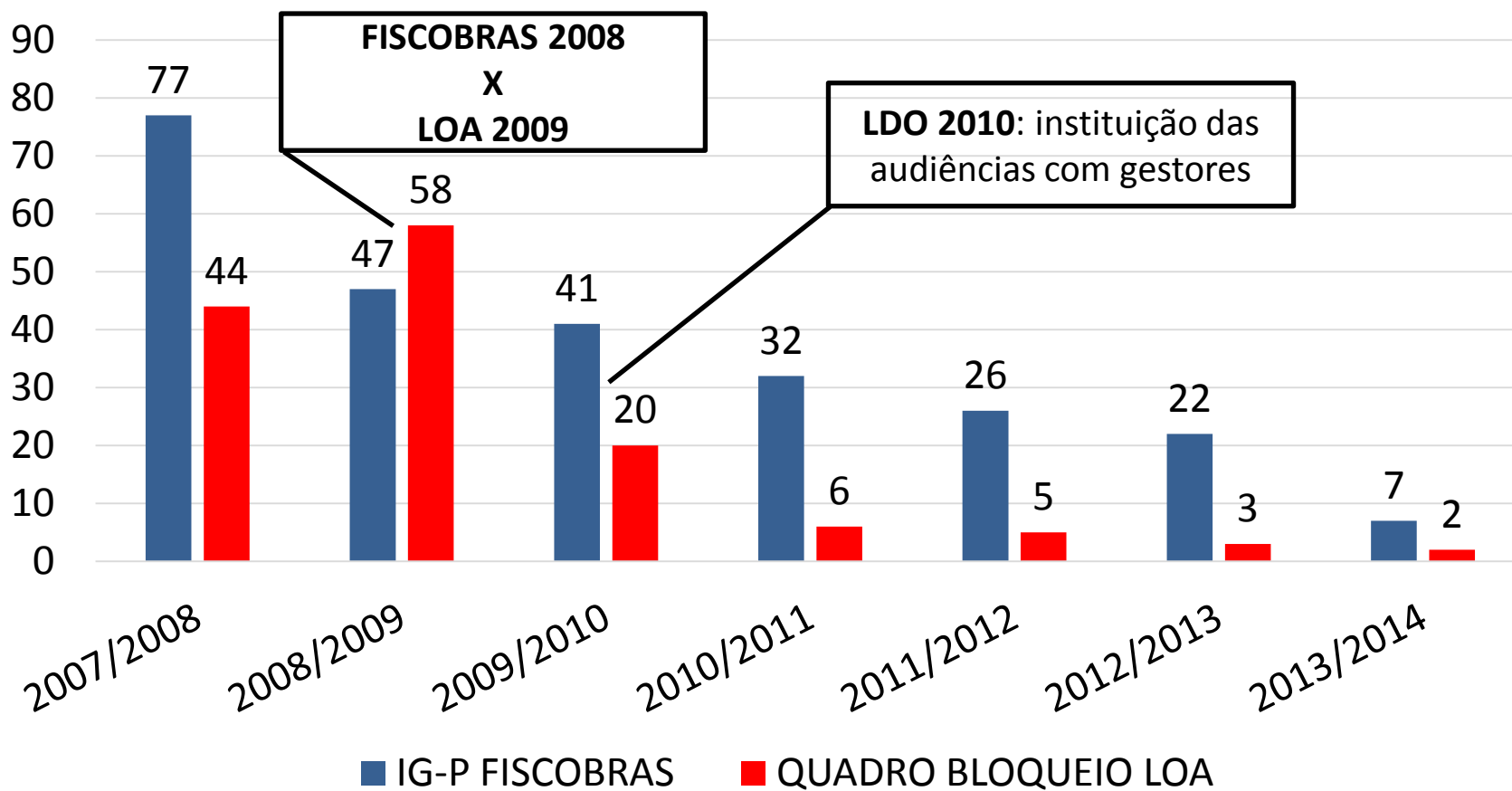
LDO/2014
Impactos sociais,
econômicos e
financeiros da
paralisação

LDO

COMPETÊNCIAS

- **Unidade Técnica TCU**: propor a classificação de IG-P a uma irregularidade.
- **Ministro-Relator**: classificar irregularidade como IG-P e comunicar ao CN
- **Plenário TCU**: ratificar ou retificar a classificação da irregularidade e comunicar ao CN
- **CMO**: analisar a IG-P e propor a paralisação da obra ao CN
- **CN**: decidir acerca da inclusão da obra no quadro bloqueio da LOA
- **Chefe do Poder Executivo**: vetar o bloqueio da obra na LOA
- **CN**: derrubar o veto presidencial e incluir a obra no quadro bloqueio da LOA

IG-P FISCOBRAS X QUADRO BLOQUEIO LOA



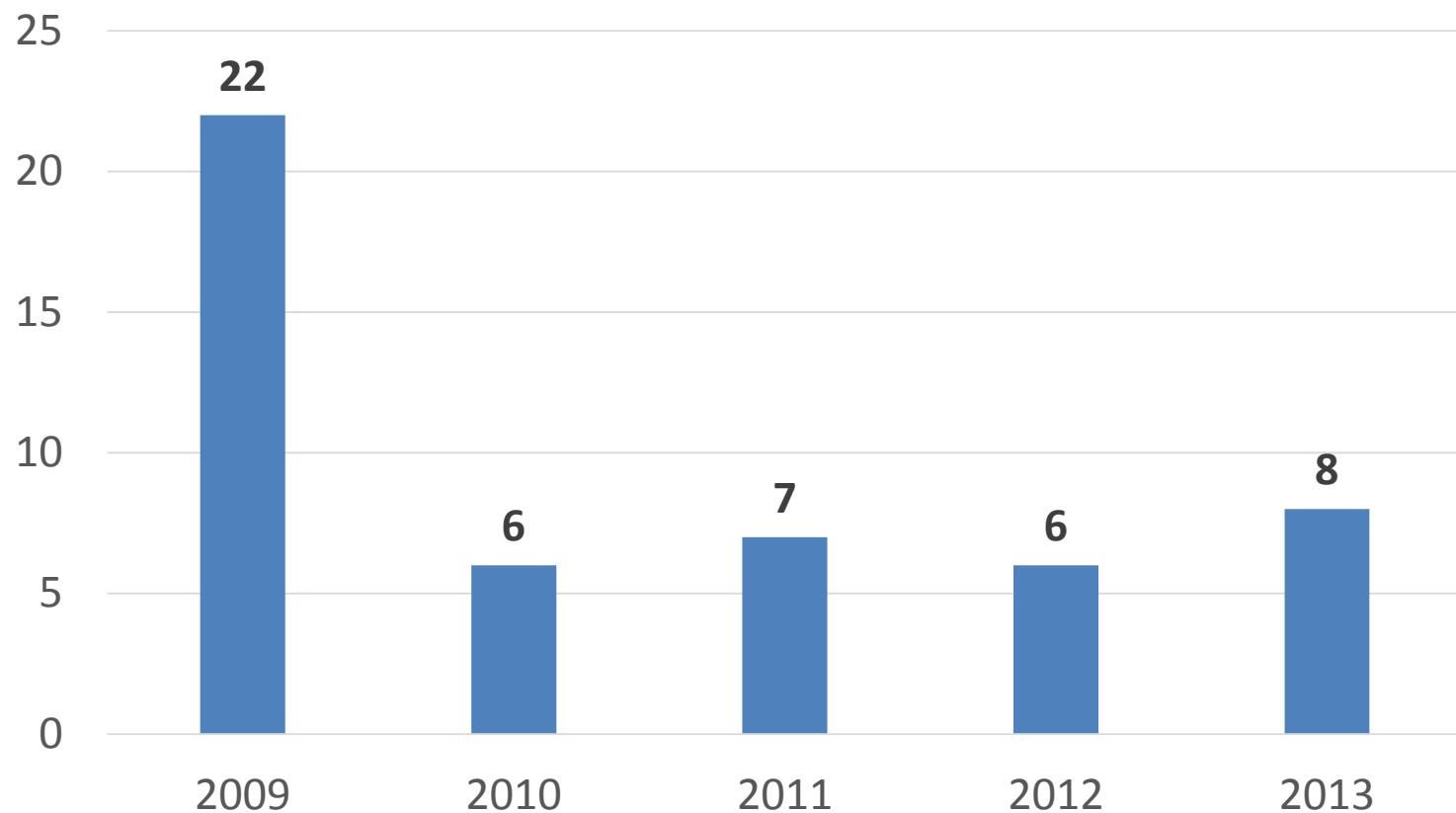
QUADRO BLOQUEIO DA LOA 2014

- Obras de Esgotamento Sanitário em Pilar (AL); e
- Av. Marginal Leste – Controle Enchentes Rio Poty – Teresina (PI).

OBRAS COM IG-P NÃO BLOQUEADAS PELO CN

- Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste Caetité – Barreiras (BA)
- Construção da Vila Olímpica – Parnaíba (PI)
- BR-448/RS - Implantação e Pavimentação (RS)
- Construção de ponte sobre o Rio Araguaia na rodovia BR-153/TO, ligando as cidades de Xambioá/TO a São Geraldo do Araguaia/PA
- Ferrovia Norte-Sul (TO)

IG-R FISCOBRAS



OBRAS INACABADAS

O Acórdão TCU 1.188/2007 – Plenário apreciou auditoria que realizou amplo diagnóstico sobre os motivos que levam à paralisação das obras públicas:

Causas da Paralisação	Quantidade de Obras	%
Decisão judicial	7	1,75%
Quadro Bloqueio da LOA	8	2,00%
Questões ambientais	7	1,75%
Fluxo Orçamentário-Financeiro	159	39,75%
Problemas no projeto/execução da obra	81	10,75%
Rescisão contratual	24	10,25%
Cancelamento do ajuste	1	6,00%
Inadimplência do tomador/conveniente	33	8,25%
Problemas com a construtora	13	3,25%
Acórdão TCU	5	1,25%
Interferências externas	4	1,00%
Motivo não informado	98	24,50%
Total	400	100,00%

OBRAS INACABADAS

- Ante o exposto, a referida decisão determinou ao Ministério do Planejamento a criação de um Cadastro Geral de Obras, que permita o controle e acompanhamento dos empreendimentos.
- Ainda foi objeto de recomendação a retomada do Portal ObrasNet, com vistas a disponibilizar na Internet informações sobre o andamento de obras públicas, de forma a facilitar o controle social.
- As citadas deliberações foram reiteradas pelo Acórdão 617/2010 – Plenário e vem sendo monitorada pelo TCU (Acórdão 148/2014-TCU-Plenário).

OBRAS INACABADAS

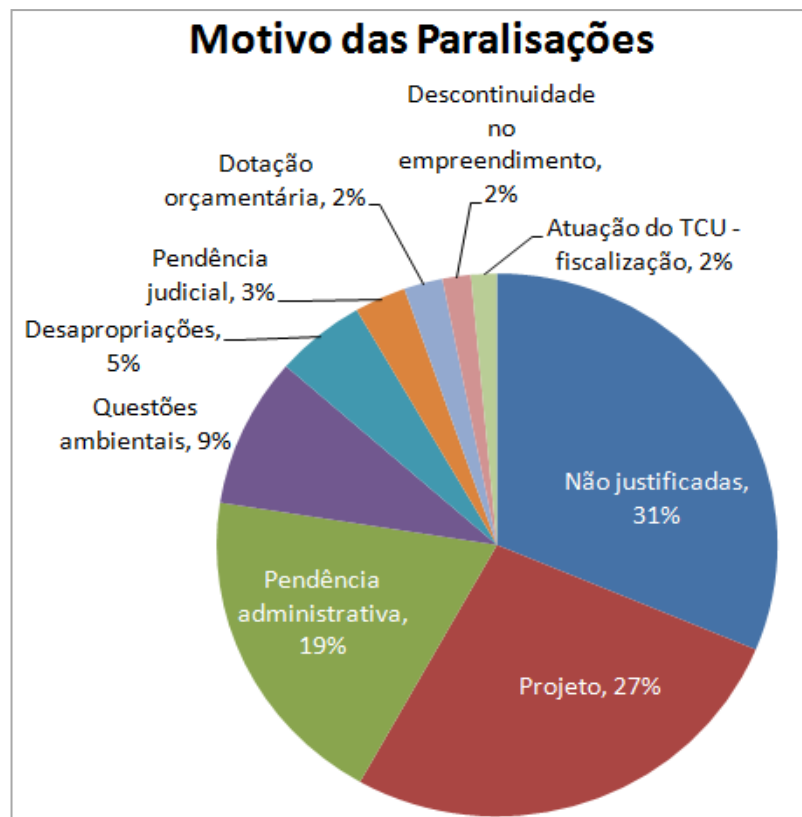
- A inexistência de um cadastro de obras públicas executadas com recursos federais dificulta que se levantem informações precisas e atualizadas sobre que obras estão atualmente em execução, concluídas ou paralisadas.
- Tramita no Senado Federal o Projeto de Lei nº 439/2009, que estabelece normas relativas ao controle centralizado de informações sobre as obras públicas custeadas com recursos federais, versando sobre providências, a cargo do poder executivo, para a criação de um cadastro informatizado unificado de todas as obras de engenharia e serviços a elas associados custeados com seus recursos orçamentários.

OBRAS INACABADAS

- Tramita ainda no Senado Federal o PLS 58/2008, rejeitado em março/2014, que dispunha sobre o controle de obras públicas inacabadas, estabelecendo a obrigação de o Confea encaminhar anualmente ao Congresso Nacional, TCU, CGU e MPU relatório consubstanciado com a discriminação de todas as obras públicas inacabadas e paralisadas há mais de um ano, nas quais a União tenha participação financeira.
- O projeto de LDO 2013 previa a criação de um banco informatizado com o cadastro das obras públicas com valor superior a vinte milhões de reais. Porém, o dispositivo (§ 9º do art. 102) foi vetado pelo Poder Executivo.

OBRAS INACABADAS - DNIT

- No ano de 2013, contratos de obras públicas rodoviárias a cargo do Dnit que se encontravam paralisados foram objeto de um diagnóstico por parte do TCU, apreciado pelo Acórdão 162/2014 – Plenário:



OBRAS INACABADAS - DNIT

- Das obras rodoviárias sob a administração do Dnit que se encontravam paralisadas, concluiu-se que, de um total de 1.145 contratos/obras, 134 se encontravam paralisados:

Motivo da Paralisação	Nº de obras	(%)
Não justificadas pelo Dnit.	42	31%
Deficiência ou desatualização do projeto.	36	27%
Aguardando providências do Dnit para retomada.	26	19%
Pendências ambientais - licenciamento.	12	9%
Aguardando conclusão de serviços em outros contratos.	7	5%
Aguardando procedimentos de desapropriação.	4	3%
Cumprimento de decisão judicial.	3	2%
Aguardando liberação de recursos orçamentários.	2	2%
Deliberação ou atuação do TCU.	2	2%
Total	134	100%

OBRAS INACABADAS - INFRAERO

- Foi realizado levantamento da execução das obras públicas da Infraero, cujos contratos estão ainda vigentes ou foram encerrados nos últimos cinco anos.
- Existem 218 contratos vigentes nos aeroportos que são geridos pela Infraero, dentre os quais foram identificados 14 contratos paralisados com valores acima de R\$ 1 Milhão. As causas determinantes das paralisações são apresentadas na tabela a seguir (Acórdão 2.109/2013 – Plenário):

Aeroporto	Motivo da paralisação							% execução no momento da paralisação
	Atrasos da Contratada	Relacionado à Fiscalização	Gestão contratual	Descumprimento contratual pela contratada	Relativo à concessão	Projeto Básico deficiente (de acordo com TCU)	Sobrepçoço (de acordo com TCU)	
Santarém - PA	X							7,29
Porto Alegre - RS		X	X					27
Macaé - RJ				X				0
Santos Dumont - RJ		X	X			X	X	99,42
Goiânia - GO				X		X	X	8,96
Vitória - ES				X		X	X	39,8
Marabá - PA	X			X				7
Goiânia - GO (MOP)				X				14,39
Macapá - AP				X				48,91
Salvador - BA e Aracaju - SE	X			X				20,01
Juazeiro do Norte - CE				X				0
Teresina - PI				X				0
Viracopos - SP					X			81,55
Guarulhos - SP	X				X			0,88

OBRAS INACABADAS – FNDE

- Foi realizada auditoria com o objetivo de fiscalizar a implantação de escolas para atendimento à educação infantil, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância – do FNDE.
- Entre outros achados, o relatório de auditoria apontou a ocorrência de obras paralisadas, canceladas ou que apresentavam baixo ritmo em sua execução, o que poderia comprometer o sucesso do programa. Conforme relatório de auditoria, quase 9% das obras estão paralisadas ou foram canceladas (vide tabela a seguir).

Situação da obra	Totais	(%)
Aguardando registro de preços	528	9,32
Concluída	1.026	18,11
Em Execução	2.495	44,04
Em Licitação	465	8,21
Em Planejamento pelo Proponente	580	10,24
Em Reformulação	77	1,36
Obra Cancelada	82	1,45
Paralisada	412	7,27
Total por período:	5.665	100

DIÁLOGO DO TCU COM O SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

- Ao longo de 2013 e 2014, o TCU tem participado de uma série de eventos organizados pela CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil).
- Tais eventos são denominados “Diálogos Regionais TCU-CBIC” e contam com a participação de representantes das empresas do segmento de construção civil, de gestores públicos e de órgãos de controle.
- Visam debater questões relacionadas à formação de preços de obras públicas, às deficiências de projetos e à legislação de licitações e contratos.
- Foram realizados cinco encontros, um em cada Região do país: Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Goiânia e Belém.

DIÁLOGO DO TCU COM O SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

- No dia 16/04/2014, o programa do jornalista Alexandre Garcia na Globo News discutiu o tema “Lentidão em obras públicas no Brasil”.
- O apresentador do programa recebeu entre os convidados, José Carlos Martins, Presidente eleito da CBIC.
- Alexandre Garcia perguntou ao Presidente do CBIC qual a opinião da indústria da construção sobre a atuação do TCU na fiscalização de obras.
- José Carlos Martins disse que há hoje no Brasil um problema na comunicação. *“Começamos a participar de alguns grupos técnicos dentro do TCU e começamos perceber que aquele tipo de enfoque dado é o mesmo de quem deseja fazer a coisa corretamente. Daí propusemos um programa “Diálogos CBIC-TCU”...*

DIÁLOGO DO TCU COM O SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

- *“É impressionante a convergência existente quando ambas as partes começam a entender as razões dos lados. Os resultados que temos obtidos são maravilhosos.”*
- José Carlos Martins afirmou que, por meio do programa “Diálogo CBIC-TCU”, já realizado em 5 estados, tem sido possível compartilhar informações com os gestores sobre o papel do controle externo e isso tem proporcionado melhorias significativas para ambos os lados.

PROPOSTA

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA DO SENADO FEDERAL

“Surpreende não existir, por exemplo, um cadastro unificado das obras que recebem recursos federais, por meio do qual os Parlamentares possam acompanhá-las. Para eliminar a falta de tal instrumento de controle, recomenda-se que, por meio de emenda à próxima LDO, se dê prazo ao Poder Executivo para constituir o cadastro de obras”

(pronunciamento do Senador Fernando Collor de Mello,
em reunião do dia 15.5.2013)

PROPOSTA

Criar cadastro geral de obras públicas

(PLS 58/2008 e PLS 439/2009; Acórdãos 1.188/2007-TCU-Plenário e 617/2010-TCU-Plenário)



planejamento
estratégico
construindo o TCU do futuro

MISSÃO DO TCU

“Controlar a
Administração Pública
para contribuir com seu
aperfeiçoamento em
benefício da sociedade”



**Avançar para uma
visão sistêmica da área
de infraestrutura,
com o intuito de
contribuir para a
melhoria da
governança pública no
setor**

